

## LEGISLAÇÃO BÁSICA

### Especificações GPL

Portaria nº 867/89, de 7 de Outubro - Determina quais devem ser os parâmetros para caracterizar os gases combustíveis

Portaria nº 348/96, de 8 de Agosto - Estabelece as especificações a que devem obedecer os gases de petróleo liquefeitos, propano e butano, destinados ao mercado interno. Revoga a Portaria nº 442/72, de 8 de Agosto

Despacho nº 8197/97, de 26 de Setembro - Fixa as especificações dos GPL a utilizar como carburante nos veículos automóveis.

Decreto-Lei n.º 89/2008 de 30 de Maio - Estabelece as normas referentes às especificações técnicas aplicadas ao propano, butano, GPL auto, gasolinas, petróleos, gasóleos rodoviários, gasóleo colorido e marcado, gasóleo de aquecimento e fuelóleos, definindo as regras para o controlo de qualidade dos carburantes rodoviários e as condições para a comercialização de misturas de biocombustíveis com gasolina e gasóleo em percentagem superiores a 5%. Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de Março, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 235/2004, de 16 de Dezembro, e 186/99, de 31 de Maio.

### Armazenagem

Lei nº 1947, de 12 de Fevereiro de 1937 - Define o regime especial a que ficam submetidos a importação, armazenamento e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos

Decreto nº 29034, de 1 de Outubro de 1938 - Regulamenta a Lei nº 1947

Decreto nº 36270, de 9 de Maio de 1947 - Aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem e Tratamento Industrial de Petróleos Brutos e seus Derivados e Resíduos

Decreto-Lei nº 124/97, de 23 de Maio - Estabelece as disposições respeitantes à aprovação dos regulamentos de segurança das instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL) com capacidade até 200 m<sup>3</sup> por recipiente e os relativos à construção e manutenção dos parques de garrafas de GPL, bem como à instalação de aparelhos a gás com potências elevadas

Portaria nº 451/01, de 5 de Maio - Aprova o Regulamento de segurança relativo à construção, exploração e manutenção dos parques de garrafas de gases de petróleo liquefeitos (GPL)

Portaria nº 460/01, de 8 de Maio - Aprova o Regulamento de segurança das instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL) com capacidade até 200 m<sup>3</sup> por recipiente.

Decreto-Lei nº 389/2007, de 30 de Novembro - Altera o Decreto-Lei nº 267/2002 e o Decreto-Lei nº 125/97. Revoga o Decreto-Lei nº 198/70 de 9 de Maio, relativo às capacidades de armazenagem sujeitas a licenciamento bem como o artigo 72º do Decreto 29034.

Portaria nº 1515/2007, de 30 de Novembro - Altera a Portaria nº 1188/2003, que regula os pedidos de licenciamento.

Decreto-Lei nº 31/2008 de 25 de Fevereiro - Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenagem de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.

### **Redes e Instalações de GPL**

Portaria nº 500/86, de 8 de Setembro - Regulamenta o controle metrológico dos contadores de gás

Decreto-Lei nº 263/89, de 17 de Agosto - Aprova o estatuto das entidades instaladoras e montadoras e define os grupos profissionais associados à indústria dos gases combustíveis

Portaria nº 162/90, de 28 de Fevereiro - Aprova os modelos de licenças e credenciais previstas no Decreto-Lei nº 263/89, relativos ao regime de licenças e reconhecimento concedidos aos grupos profissionais e às entidades instaladoras e montadoras associadas à indústria dos gases combustíveis

Portaria nº 163-A/90, de 28 de Fevereiro - Define os elementos que constituem as instalações de gás combustível em imóveis

Decreto-Lei nº 232/90, de 16 de Julho - Estabelece os princípios a que deve obedecer o projecto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento dos gases combustíveis canalizados

Portaria nº 386/94, de 16 de Junho - Aprova o Regulamento técnico relativo ao projecto, construção, exploração e manutenção de rede de gases combustíveis. Revoga a Portaria nº 788/90 de 4 de Setembro

Decreto-Lei nº 125/97, de 23 de Maio - Estabelece as disposições relativas ao projecto, construção e exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da 3ª família

Portaria nº 361/98, de 26 de Junho - Aprova o regulamento técnico relativo ao projecto, construção, exploração e manutenção das instalações de gás combustível canalizado em edifícios. Revoga a Portaria nº 386/94

Decreto-Lei nº 521/99, de 10 de Dezembro - Estabelece as normas a que ficam sujeitos ao projectos de instalações de gás a incluir nos projectos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspecção das instalações

Portaria nº 362/2000, de 20 de Junho - Aprova os procedimentos relativos às inspeções e à manutenção das redes e ramais de distribuição e instalações de gás e o Estatuto das Entidades Inspectoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gás

Portaria nº 625/2000, de 22 de Agosto - Estabelece os montantes máximos das taxas a cobrar pelas entidades inspectoras de redes e ramais de distribuição e instalações de gás

Portaria nº 82/2001 de 8 de Fevereiro - Aprova o Estatuto das Entidades Inspectoras das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gás

Despacho nº 6934/2001, de 4 de Abril - Aprova o modelo de termo de responsabilidade previsto no nº 3 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 125/97 e no nº 1 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 521/99, que constitui anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante

Despacho nº 6935/2001, de 4 de Abril - Aprova o modelo de termo de responsabilidade previsto no nº 3 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 125/97, que constitui anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante

Despacho nº 6936/2001, de 4 de Abril - Aprova o modelo de termo de responsabilidade previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 5º da Portaria nº 82/01, que constitui anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante

Portaria nº 690/2001 de 10 de Julho - Altera as Portarias nºs 386/94 (Regulamento técnico relativo ao projecto, construção, exploração e manutenção de rede de gases combustíveis), nº 361/98 (Regulamento técnico relativo ao projecto, construção, exploração e manutenção das instalações de gás combustível canalizado em edifícios) e nº 362/2000 (Procedimentos relativos às inspeções e à manutenção das redes e ramais de distribuição e instalações de gás e ao Estatuto das Entidades Inspectoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gás)

Decr. Leg. Regional nº 6/02/M de 9 de Abril - Define a aplicação das disposições relativas ao projecto, construção, ampliação ou reconstrução e exploração de redes e ramais de distribuição alimentadas com GPL (butano e propano) em edifícios, bem como o regime aplicável à inspeção e manutenção das instalações

Decreto-Lei nº 267/2002 de 26 de Novembro - Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis

Decreto Legislativo Regional nº 13/2003/A, de 27 de Março - Aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 521/99 (regime das instalações de gás combustível em imóveis)

Portaria nº 1188/2003, de 10 de Outubro - Regula os pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis

Portaria nº 1211/2003 de 16 de Outubro - Aprova o estatuto das entidades inspectoras das instalações de combustíveis derivados do petróleo

Portaria nº 1358/2003 de 13 de Dezembro - Altera o artigo 4º do Estatuto das entidades inspectoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gás, aprovado como anexo II da Portaria nº 362/2000

Portaria nº 2/2004, de 8 de Janeiro (Açores) - Aplica na Região Autónoma dos Açores as Portarias nºs 362/2000 e 369/2001.

Portaria nº 1515/2007, de 30 de Novembro - Altera a Portaria 1188/2003 de 10 de Outubro, nomeadamente no que se refere às instalações isentas de licenciamento e as que têm licenciamento simplificado, provenientes da alteração introduzidas no Decreto-Lei nº 267/2002 de 26 de Novembro pelo Decreto-Lei nº 389/2007 de 30 de Novembro.

### **Recipientes sob pressão**

Portaria nº 62-A/93, de 15 de Janeiro - Regulamenta as prescrições específicas aplicáveis às garrafas para gás, soldadas, de aço não ligado

Decreto-Lei nº 211/99 de 14 de Junho - Transpõe para o direito interno a Directiva nº 97/23/CE, de 29 de Maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos equipamentos sob pressão

Decreto-Lei nº 97/2000, de 25 de Maio - Estabelece as condições em que podem ser efectuados com segurança a instalação, funcionamento, reparação e alteração de equipamentos sob pressão

Despacho nº 22333/2001, de 30 de Outubro - Aprova a instrução técnica complementar (ITC) para reservatórios de gases de petróleo liquefeitos (GPL) com capacidade até 200 m<sup>3</sup>

Despacho nº 24260/2007, de 10 de Outubro - Aprova a instrução técnica complementar (ITC) para reservatórios de gases de petróleo liquefeitos (GPL) com capacidade até 200 m<sup>3</sup>

Decreto-Lei nº 389/2007, de 30 de Novembro - Altera o Decreto-Lei nº 267/2002 de 26 de Novembro, dando melhor resposta aos agentes económicos, em sintonia com a orientação do Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa Simplex 2006

### **Transporte e Distribuição**

Decreto-Lei nº 77/97, de 5 de Abril - Cria um novo quadro legal para o transporte de mercadorias perigosas

Decreto-Lei n.º 170-A/2007 de 4 de Maio - Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/111/CE, da Comissão, de 9 de Dezembro, e 2004/112/CE, da Comissão, de 13 de Dezembro, aprovando o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE) e outras regras respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

Decreto-Lei n.º 267-A/2003, de 27 de Outubro - Transpõe para o ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/7/CE da Comissão de 29 de Janeiro, e a Directiva n.º 2003/28/CE da Comissão de 27 de Abril, que adapta ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros, respeitante ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e a Directiva n.º 2001/26/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Maio, que altera a Directiva n.º 95/50/CE, do Conselho, de 6 de Outubro, relativa aos procedimentos de controlo do transporte de mercadorias perigosas.

Decreto-Lei n.º 63-A/2008 de 3 de Abril - Altera o Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, e respectivos anexos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE, do Conselho, de 21 de Novembro, relativa ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

## **GPL AUTO**

Decreto-Lei n.º 195/91, de 25 de Maio - Permite a utilização e define os princípios de utilização dos GPL em veículos automóveis

Portaria n.º 982/91, de 26 de Setembro - Aprova o estatuto das entidades competentes para a adaptação dos veículos automóveis à utilização de GPL

Portaria n.º 983/91, de 26 de Setembro - Aprova o regulamento relativo às características técnicas dos veículos automóveis que utilizam GPL

Decreto-Lei n.º 40/93 de 18 de Fevereiro - Adapta a estrutura do Imposto Automóvel (IA) aos processos aduaneiros decorrentes da concretização do mercado interno

Despacho n.º 8197/97, de 14 de Setembro - Fixa as especificações dos GPL a utilizar como carburante nos veículos automóveis

Portaria n.º 131/2002, de 9 de Fevereiro - Aprova o regulamento de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis

Portaria n.º 132/2004, de 3 de Junho - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 76/CE/2003, da Comissão de 11 de Agosto e altera o Regulamento de Homologação CE de veículos, sistemas e unidades técnicas, relativo às emissões poluentes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 202/2000 de 1 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2001 de 1 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 236/2002, de 5 de Novembro, Decreto-Lei n.º 72-D/2003 de 14 de Abril e Decreto-Lei n.º 224/2003 de 24 de Setembro

Despacho n.º 7304/2006, de 10 de Fevereiro - Determina que as inspecções extraordinárias por motivo de adaptação de automóveis à utilização de GPL são efectuadas nos centros de categoria B previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 550/99 de 15 de Dezembro

Decreto-Lei n.º 136/2006, de 26 de Julho - Estabelece os princípios de utilização dos GPL em veículos automóveis ligeiros e pesados. Revoga o Decreto-Lei n.º 195/91

Decreto-Lei n.º 346/2007, de 17 de Outubro - Aprova o regulamento relativo às medidas a tomar contra a emissão de gases e partículas poluentes provenientes dos motores de ignição por compressão e a emissão de gases poluentes provenientes dos motores de ignição comandada alimentada a gás natural ou a gás de petróleo liquefeito utilizados em veículos, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2005/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Setembro, 2005/78/CE, da Comissão, de 14 de Novembro, e 2006/51/CE, da Comissão, de 6 de junho, bem como relativamente às medidas a tomar conta as emissões poluentes, a Directiva n.º 2006/81/CE, da Comissão de 23 de Outubro

Decreto-Lei n.º 196/2009. D.R. n.º 163, Série I de 2009-08-24 - Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 346/2007, de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de Julho

### **Outra legislação**

Decreto-Lei n.º 202/90, de 19 de Junho - Estabelece as normas relativas ao fabrico e comercialização do equipamento eléctrico destinado a ser utilizado em atmosfera explosiva

Declaração de 30 de Junho de 1990 - Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 202/90 publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 139, de 19 de Julho de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria Geral, saiu com algumas inexactidões, que assim se rectificam

Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro - Aprova o Regulamento Geral do Controlo Metrológico. Revoga a Portaria n.º 924/83 de 11 de Outubro

Portaria n.º 17/91, de 9 de Janeiro - Aprova o Regulamento do controlo metrológico dos contadores e conjunto de medição de líquidos com exclusão de água

Decreto-Lei n.º 152/94, de 26 de Maio - Define o regime jurídico das servidões necessárias à implantação de oleodutos-gasodutos para o transporte de gás de petróleo liquefeito e produtos refinados

Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro - Estabelece o novo sistema de unidades de medida legais

Decreto-Lei nº 112/96, de 5 de Agosto - Estabelece as regras de segurança e de saúde relativas aos aparelhos e sistemas de protecção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas

Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro - Estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação

Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho - Altera do Decreto-Lei nº 555/99

Portaria nº 1110/2001, de 19 de Setembro - Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas

Decreto-Lei nº 254/2002, de 22 de Novembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho nº 1999/103/CE de 24 de Janeiro de 2000, e altera o Decreto-Lei nº 238/94

Decreto-Lei nº 236/2003 - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 92/CE/1999, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da protecção, segurança e saúde dos trabalhadores susceptíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas no local de trabalho

Decreto-Lei nº 125/2004, de 31 de Maio - Cria o Instituto Português de Acreditação (IPAC)

Decreto-Lei nº 140/2004, de 8 de Janeiro - Aprova a reestruturação do Instituto Português da Qualidade (IPQ)

Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril - Define o modelo organizacional do Instituto Português da qualidade (IPQ). Revoga o Decreto-Lei nº 140/2004.

Portaria 314/2009 de 30 de Março - Actualiza o valor mínimo anual de garantia do seguro de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades exploradoras das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gas, aprovado pela Portaria nº 82/2001, de 8 de Fevereiro.

Portaria 315/2009 de 30 de Março - Actualiza o valor mínimo anual de garantia do seguro de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades inspectoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gas, aprovado Portaria nº 362/2000, de 20 de Junho.

Portaria 316/2009 de 30 de Março - Fixa o valor mínimo anual de garantia do seguro de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades instaladoras e montadoras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 263/89 de 17 de Agosto.